

PLANO DE SITUAÇÃO PARA O ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL

Grupo de Trabalho n.º 6 – GT6

Imersão de dragados e manchas de empréstimo

ATA n.º 1

Aos 27 dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas 15h00, decorreu nas instalações da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), a primeira reunião do GT6, tendo estado representadas as entidades que constam da lista anexa, através dos elementos aí indicados.

A reunião foi coordenada pelo Dr. José Manuel Marques (DGRM), que após a apresentação de todos os participantes sistematizou o enquadramento e objectivos da elaboração do Plano de Situação para o Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEM) nos seguintes termos:

O plano de situação consubstancia-se num documento único integrando as três zonas marítimas nacionais, implicando para tal, coerência, integração e coordenação entre o Continente, a Região Autónoma da Madeira (RAM) e a Região Autónoma dos Açores (RAA).

Informou que foi proposta a criação de um Grupo de Coordenação na dependência direta do Ministério do Mar, que assegurará a articulação entre os organismos que integram este Ministério e os organismos competentes das Regiões Autónomas e terá como objectivo proceder à coordenação com a componente política.

O PSOEM é o instrumento que permitirá à Administração emitir Títulos de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), garantindo a transparência e segurança jurídica.

Foi referido que “este Plano não é um PDM”, como forma de o diferenciar desse tipo de instrumentos de gestão territorial, tendo sido explicado que o mesmo não tem um regulamento associado e que dispõe de mecanismos que permitem uma actualização permanente, favorecendo uma gestão das actividades no tempo e no espaço.

Procedeu à apresentação sintética dos termos de referência, destacando as unidades funcionais do plano (mar territorial e águas marinhas interiores, zona económica exclusiva (ZEE) e plataforma continental desde as 12 mn até ao limite exterior), assim como a distribuição das actividades na superfície, coluna de água, fundos marinhos e subsolo.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram estabelecidos seis Grupos de Trabalho (GT) temáticos, que podem ser divididos em dois grandes grupos: o das servidões/condicionantes e o das actividades económicas. Após uma fase inicial de reuniões individuais de cada GT, visando o levantamento e despistagem das situações existentes e potenciais dentro da sua temática, posteriormente serão realizadas reuniões conjuntas de articulação. O objetivo é que as questões relacionadas com condicionantes e de compatibilização sejam resolvidas em sede de GT's antes da submissão da proposta de Plano à Comissão Consultiva (CC).

Handwritten signatures and initials, including names like 'J. Marques' and 'M. Am', and other illegible marks.

Q

Algumas áreas do espaço marítimo serão preferenciais para um determinado uso/atividade, outras serão áreas de protecção, enquanto outras serão identificadas como de exclusão, ou seja, áreas onde determinados usos/atividades não poderão ocorrer.

Foi mencionado que o que é pretendido no âmbito do GT6, é desenvolver um trabalho que permita estabelecer critérios lógicos na identificação de manchas de empréstimo e na localização e imersão de materiais dragados. Pretende-se também que sejam estabelecidas boas práticas e normas de utilização, num documento simples, que todos entendam.

O trabalho a desenvolver por este Grupo está interligado com o que se desenvolve sobretudo no G1 – Defesa, Segurança e Navegação. É determinante conhecer as necessidades previsíveis de volumes a dragar, a caracterização dos materiais de modo a estabelecer os locais de imersão no espaço marítimo nacional, favorecendo sempre que possível a deriva litoral.

Foi referido que os dados referentes às estimativas de materiais a dragar estão disponíveis no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho de Sedimentos (Outubro de 2015).

O coordenador da reunião salientou a importância deste relatório para a gestão de sedimentos e determinação das manchas de empréstimo. Referiu igualmente que os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos POC serão incorporados no PSOEM, com ajustes que venham a ser acordados de modo a favorecer a compatibilização de atividades.

O representante da APSS,S.A. referiu as melhorias introduzidas nos processos de dragagem/imersão de dragados, desde 2004, nomeadamente a implementação do programa de monitorização de dragagens, com recurso a sistemas multifeixe, caracterização do índice de contaminação, mapeamento em ambiente SIG, estudos e modelos hidrodinâmicos. Nesses estudos caracterizam o biota, os sedimentos e participam na definição de alguns locais para deposição dos mesmos.

Têm em curso o estudo do projeto técnico de execução e EIA para a melhoria dos acessos ao Porto de Setúbal, o que implica o aprofundamento do canal da Barra e Canal Norte. No âmbito deste projeto encontram-se previstos locais de deposição dos materiais dragados, designadamente execução de aterros em áreas de expansão portuária (alinhamento das margens), estando ainda proposto um novo local para imersão de dragados, no espaço marítimo nacional, que favoreça a manutenção da célula em equilíbrio, conforme orientações expressas no relatório do GT Sedimentos mencionado, assim como orientações decorrentes de reuniões realizadas com o ICNF, LNEG e da própria equipa de trabalho. Apresentou sinteticamente proposta, enquadrada pela informação supra referida.

O representante da APDL, S.A. mencionou estarem a ser efectuados estudos, ainda em fase embrionária, respeitantes ao aprofundamento do anteporto do porto de Leixões e as consequentes necessidades de dragagens. Os trabalhos de dragagens de manutenção de fundos nos portos de Leixões e Viana do Castelo encontram-se sob o mesmo contrato. As áreas de imersão de dragados junto ao porto de leixões, ao largo e junto às praias, têm vindo a ser monitorizadas com a realização de levantamentos hidrográficos desde 1997. Foram, igualmente, efectuados estudos com caracterização da fauna e flora bentónica da zona de imersão de dragados ao largo, a cerca de 2,5 mn do molhe norte do Porto de Leixões. Desde

AT
SM
MOT
HM

1993, a APDL, S.A. promove a alimentação das praias a sul do porto, com a colocação de materiais dragados em duas zonas situadas a norte e a sul do Castelo do Queijo, para materiais compatíveis com esse uso. Foi também executada, nos anos de 1995, 1997 e 1998 a alimentação artificial da Praia Internacional através da repulsão das areias dragadas no Posto "A" do Terminal Petrolero.

As representantes da APL, S.A. informaram que as dragagens que se efetuam fora da jurisdição daquela Administração respeitam ao canal de acesso ao porto. Informou também que as duas zonas de imersão de sedimentos localizadas na área do PSOEM respeitam a areias (Cachopo do Norte) e a sedimentos ligeiramente contaminados (classe 3). Mencionou também, que a utilização do local de imersão de sedimentos da Classe 3, apesar de a sua localização ter sido estudada e proposta pela APL, é partilhada com outras entidades que procedem a dragagens no interior no estuário do Tejo tais como a C.M. Vila Franca de Xira e a Base Naval do Alfeite. A este propósito mencionou que a APL desconhece as necessidades de dragagem dessas entidades. Os dados da Base do Alfeite poderão ser obtidos no âmbito do GT1.

O representante da APS,S.A., mencionou que no Porto de Sines só se fazem dragagens de regularização e que esses materiais são incorporados nas infraestruturas marítimas do próprio porto. Nos portos de Faro e de Portimão, os sedimentos são usualmente utilizados para alimentação das praias, em articulação com a APA I.P. do Algarve.

O coordenador da reunião expressou a necessidade de avaliar se as áreas actualmente previstas para a imersão de dragados são ou não suficientes para o futuro.

O representante da APA I.P. mencionou dispor dos "shapefiles" das áreas estratégicas para a gestão de sedimentos do ponto de vista ~~quantitativo~~ ^{qualitativo} e falta saber do ponto de vista ~~quantitativo~~ ^{qualitativo}. O trabalho no Algarve, não contemplado no relatório do GT Sedimentos, está mais avançado. Foi ainda referido que as manchas de empréstimo que actualmente são utilizáveis encontram-se entre as batimétricas dos -20m e dos -35m.

O representante da DGPC mencionou fazer parte de uma entidade condicionante, mas que é normal que as situações são compatíveis. As actividades sujeitas a condicionantes ligadas ao Património Cultural incidem sobre as áreas de servidão administrativa do património classificado e em vias de classificação, das cerca de 7000 ocorrências e áreas de sensibilidade patrimonial. Importa assim georreferenciar as áreas referidas, identificar as actividades que são mais complicadas para a preservação do Património Cultural e a forma como a informação é expressa em cartografia, salvaguardando informação mais sigilosa para evitar a sua espoliação e destruição.

Face aos prazos para a elaboração do PSOEM, a propósito das ocorrências patrimoniais, a representante da APA I.P. sugeriu que, como ponto de partida, pudesse ser utilizada a informação que foi disponibilizada no âmbito da elaboração do POEM e que já se encontra identificada na planta de síntese - situação existente respeitando a metodologia acordada à data com a entidade responsável. O coordenador da reunião referiu que a DGRM/DSAS, poderá colaborar na elaboração a cartografia dessas ocorrências.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including names like "Amel", "B.M.", and "S.M.", along with various scribbles and marks.

O representante do IPMA sistematizou as funções da instituição. Referiu vários blocos de atividade: pescas, ecossistemas marinhos, oceanografia ambiental incluindo sedimentos. Dispõe de novo equipamento incluindo um navio de investigação. Mencionou um estudo que decorrerá nos próximos três anos referente à natureza dos sedimentos da plataforma alentejana.

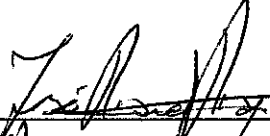
Foi solicitado aos presentes que remetessem informação, sob a forma de informação cartográfica georreferenciada (de preferência serviço de mapas, ou "shapefile", até 16 de maio, no âmbito das suas responsabilidades, que permitam a identificação e a distribuição espacial e temporal dos usos e atividades existentes e assim como suporte de texto relativo a boas práticas a observar na utilização e gestão do espaço marítimo para cada uso/atividade.

Foi ainda referido ser fundamental que no âmbito dos GTs, sejam elaborados documentos com as boas práticas de utilização para cada actividade e na relação com as outras.

A próxima reunião ficou marcada para dia 8 de junho pelas 15h00.

Não havendo mais assuntos a debater deu-se por terminada a reunião cerca das 17h00.

Pela DGRM



Ana Paula Simões

Aldina

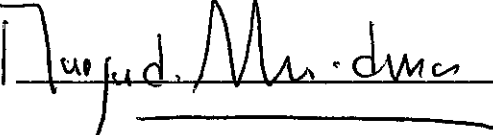
Aldina

Aldina

Aldina

Aldina

Pela APA, IP



Miguel Mendes

Pela DGPC

MS



Pelo IPMA

Luiz Loureiro Sobrinho

Pela APL, S.A.

(Luiz Loureiro Sobrinho

Pela APL, S.A. Pela APL, S.A.

Miguel Nunes Gomes de Sá

Pela APSS, S.A.

SM

(Pela APS, S.A.

Adriano Ribeiro

(

(